

GÊNEROS E TIPOS TEXTUAIS: AFINAL DE CONTAS, DO QUE SE TRATA?

Adriano Ribeiro da Costa

Mestre em Linguística – Universidade Federal de Pernambuco – UFPE
Professor do Instituto Federal de Pernambuco – IFPE/ DEaD e Campus Caruaru
e da Faculdade Sete de Setembro – FASETE
ar_costa@hotmail.com

RESUMO

Este artigo tem como objetivo fazer uma exposição teórica sobre gêneros e tipos textuais, buscando-se, em primeiro lugar, dirimir a confusão entre essas duas categorias. Essa distinção se faz importante, porque ainda hoje, após duas décadas dos estudos sobre o texto, existem professores e também livros didáticos de língua portuguesa que não sabem o que são nem como se constituem ou têm um conhecimento distorcido. E, em segundo lugar, servir como base teórica para o trabalho do professor em sala de aula com a descrição e análise dos gêneros textuais. Essa teorização está centrada nos estudos de Bakhtin ([1979] 2000, [1929] 2002), Swales (1990), Bhatia (1993), Bronckart (1999) e Marcuschi (2000, 2001, 2002). Constatou-se que os tipos textuais referem-se a aspectos intrínsecos aos textos e realizam-se sempre de modo heterogêneo, por meio dos gêneros, e são dependentes do contexto de comunicação em que ocorrem. Assim, as distinções do tipo textual seriam linguísticas e estruturais, enquanto que as do gênero textual seriam funcionais e pragmáticas.

PALAVRAS-CHAVE: Linguística Textual, Gênero Textual, Tipologia Textual, Ensino.

ABSTRACT

This article aims to make a theoretical exposition on genres and textual types, seeking, first, resolve the confusion between these two categories. This distinction is important because even today, after two decades of studies on the text, there are teachers and also Portuguese textbooks that do not know what or how genres and textual types are or have a distorted knowledge about them. And this article also provides a theoretical basis for the work of teachers in the classroom with the description and analysis of textual genres. This theorizing is centered on studies of Bakhtin ([1979] 2000 [1929] 2002), Swales (1990), Bhatia (1993), Bronckart (1999) and Marcuschi (2000, 2001, 2002). It was found that the textual types refer to intrinsic aspects to the texts and are always realized heterogeneously, through the genres, and are dependent on the communication context in which they occur. Thus, the distinctions of textual type would be linguistic and structural, while the distinctions of the genre would be functional and pragmatic.

KEY-WORDS: Textual Linguistics, Textual Genre, Textual Typology, Teaching.

INTRODUÇÃO

A Linguística Textual, ramo recente da Linguística, surgiu na década de 60, na Europa, ganhando projeção a partir dos anos 70. Seu surgimento teve como objetivo ir além do estudo da frase, ou seja, seu objetivo era o estudo do texto – unidade linguística hierarquicamente superior à frase.

Conforme Conte (1977 apud KOCH, 1997, pp. 68-70), a Linguística Textual apresenta três momentos fundamentais na passagem da teoria da frase à teoria do texto: o da análise transfrástica, o das gramáticas textuais e o da teoria do texto. Essa distinção, segundo Conte, não é de ordem cronológica, mas, de ordem tipológica. Porém, Koch defende que existe uma cronologia envolvida nessa sucessão.

No primeiro momento, surgiu a necessidade de ultrapassar os limites da frase. Houve, então, a necessidade de se encontrar regras para o encadeamento das frases, seguindo os métodos da análise frasal, apenas ampliando-os para dar conta de pares ou sequências maiores do que as frases. O estudo parte ainda de enunciados ou sequências de enunciados em direção ao texto. Esse primeiro momento deu um passo à frente ao superar os limites da frase, porém não significa que se tenha chegado a uma abordagem autônoma do texto ou que se tenha elaborado um modelo teórico que garantisse um tratamento por igual dos fenômenos analisados. Viu-se que essa forma de linguística da frase ampliada era insatisfatória, sendo por essa razão abandonada.

O segundo momento foi o das Gramáticas Textuais, cujo objetivo era a reflexão a respeito dos fenômenos que não eram explicados pela Gramática Frasal, fenômenos tais como a correferência, pronominalização, a seleção dos artigos, a ordem das palavras no enunciado, a relação tópico-comentário, a entonação, as relações entre sentenças não ligadas por conjunção, a concordância dos tempos verbais etc. O método ascendente de estudo – da frase ao texto – foi abandonado. Partindo-se do texto – unidade mais altamente hierarquizada – para se chegar às unidades menores através da segmentação, para, assim, fazer a classificação dessas unidades. Portanto, o texto era visto como uma entidade do sistema linguístico, cujas estruturas deveriam ser determinadas pelas regras de uma Gramática do Texto. As tarefas da Gramática do Texto eram verificar o que faz com que um texto seja um texto, levantar critérios para a delimitação de textos, diferenciar as várias espécies de textos. Porém, viu-se que, com o passar dos anos, era inviável a elaboração de "gramáticas" do texto, nos moldes das gramáticas da frase.

A fase da Teoria do Texto tinha por proposta a investigação da constituição, do funcionamento, da produção e da compreensão dos textos. A grande mudança é que os textos passam a ser estudados dentro de seu contexto pragmático. O âmbito de investigação se estende do texto ao contexto (conjunto de condições – externas ao texto – da produção, da recepção e da interpretação do texto).

Nestes últimos anos, após os estudos sobre coesão e coerência textuais na década de 80, e os estudos, na área da cognição, sobre questões relativas ao processamento textual (produção e

compreensão), à memória, aos sistemas de conhecimentos ativados no processamento textual, às estratégias sociocognitivas e interacionais nele envolvidas, entre outras, na década de 90, a ênfase está nos estudos das tipologias de textos e dos gêneros textuais, revelando-se um campo bastante frutífero.

Assim, atualmente, o objeto de estudo da Linguística Textual passou da palavra ou frase isolada para o texto, mais especificamente, para o estudo dos gêneros e tipos textuais.

Os textos apresentam diferenças no tocante ao assunto, às expressões linguísticas e, principalmente, à organização global. Por causa disso, classificar os textos não é uma tarefa tão simples como parece. A dificuldade de classificação, segundo Bronckart (1999), deve-se, principalmente, à existência de muitos critérios para definir um gênero.

Além disso, os textos dificilmente apresentam características de uma só classe. É raro encontrar textos puros, ocorre a heterogeneidade, ou seja, a interpenetração de vários tipos de texto. Também há confusão entre os conceitos das categorias gênero e tipo textuais. Marcuschi (2000, p. 7) faz a distinção entre classificação e tipologia. A primeira se refere a classes de textos, que "distribui gêneros textuais enquanto artefatos linguisticamente realizados, mas de natureza sócio-comunicativa e sempre concretos". A segunda se refere aos tipos de textos, ou seja, "um conjunto limitado, teoricamente definido e sistematicamente controlado de formas abstratas e não artefatos materiais".

Portanto, pretende-se fazer uma exposição teórica sobre gêneros e tipos textuais, buscando-se, em primeiro lugar, dirimir a confusão entre essas duas categorias. Essa distinção se faz importante, porque ainda hoje, após duas décadas dos estudos sobre o texto, existem professores e também livros didáticos de língua portuguesa que não sabem o que são nem como se constituem ou têm um conhecimento distorcido. E, em segundo lugar, servir como base teórica para o trabalho do professor em sala de aula com a descrição e análise dos gêneros textuais. Essa teorização está centrada nos estudos de Bakhtin ([1979] 2000, [1929] 2002), Swales (1990), Bhatia (1993), Bronckart (1999) e Marcuschi (2000, 2001, 2002).

1. GÊNEROS TEXTUAIS

Hoje em dia há diversos trabalhos sobre gêneros textuais, e a maioria deles remete a Bakhtin. Foi a partir dos estudos desse autor (nos anos 50) que a linguística veio a se interessar pelo assunto; antes eram estudos literários e retóricos que se interessavam pelos gêneros.

Bakhtin propõe uma teoria baseada nos usos da linguagem. Ele se opõe à visão tradicional da teoria da comunicação, que excluía o interlocutor, rejeita o enfoque monológico e mostra que o papel

do interlocutor é tão ativo quanto o do locutor no processo de comunicação. Assim, para ele, há uma relação direta entre o papel do locutor e o do interlocutor, pois ambos emitem e compreendem enunciados.

A teoria de Bakhtin sobre os gêneros está baseada nessa sua concepção dialógica da linguagem. Seu posicionamento sobre as teorias linguísticas predominantes na época se encontra na obra *Marxismo e filosofia da linguagem*, que alicerça a teoria dos gêneros, contida no livro *Estética da criação verbal*.

A concepção de língua de Bakhtin vai de encontro às tendências a que ele chamada de *subjetivismo idealista* (posição adotada por filósofos como Humboldt (1995), psicólogos como Wundt (1927), linguistas como Vossler (1920) e teóricos da literatura como Croce (1920)) e *objetivismo abstrato* (representado principalmente por Saussure). Esta tendência centra-se na forma, eliminando o caráter social da língua, ou seja, a língua é independente da consciência individual, é um fato externo ao indivíduo. Aquela, defende o posicionamento de que a língua se realiza na fala individual e seu caráter é monológico, isto é, a língua estaria sempre em criação e retrataria o mundo em que o indivíduo se afigura (visão individualizada do mundo).

Bakhtin se opõe ao subjetivismo idealista por este negar o caráter social e antropológico da língua. Para ele, o centro da enunciação está situado no meio social, sua criação é histórica. Já a oposição ao objetivismo abstrato se dá por este excluir o falante do sistema. Assim, a concepção da primazia do sujeito como indivíduo e da língua como simples código é inaceitável para Bakhtin.

Ao contrário das duas correntes acima, a concepção de língua de Bakhtin é baseada no dialogismo, na interação humana; ou seja, a língua é construída no dia a dia, num contexto social, no diálogo entre os indivíduos pertencentes a uma mesma esfera social; como ele mesmo afirma:

A verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas linguísticas nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da **interação verbal**, realizada através da **enunciação** ou das enunciações (grifo do autor). A interação verbal constitui, assim, a realidade fundamental da língua. (BAKHTIN, 2002, p. 123)

A partir dessa breve apreciação da concepção de língua de Bakhtin, fica mais claro a compreensão da noção de gênero e tipo textuais, que virá em seguida.

1.1 Os gêneros textuais segundo Bakhtin

Conforme Bakhtin ([1979] 2000, p. 279), cada esfera da atividade humana elabora um variado número de gêneros, que refletem as condições específicas e as finalidades de cada uma dessas esferas. Esses gêneros distinguem-se uns dos outros por seu conteúdo temático (assunto gerado numa

esfera discursiva com suas realidades sócio-culturais), estilo verbal (recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais) e por sua construção composicional (a forma, que torna possível o reconhecimento do gênero, embora não defina a sua completude). Essas três dimensões, apesar de possuírem características específicas, fundem-se compondo o gênero. Portanto, são indissociáveis e não há predomínio de uma sobre a outra.

Essa diversidade de gêneros é determinada pelas várias formas típicas de dirigir-se a alguém e as diversas concepções do destinatário. E a escolha de um gênero é determinada pela esfera discursiva, as necessidades da temática, o conjunto dos participantes e a vontade enunciativa ou a intenção do locutor. Assim, os gêneros textuais são tipos relativamente estáveis de enunciados que cada esfera de utilização da língua elabora; e essa estabilidade relativa torna os gêneros passíveis de mudança ao longo do processo histórico-social. E eles são imprescindíveis à comunicação humana, como afirma Bakhtin (2000, p. 302) "se não existissem os gêneros do discurso e se não os dominássemos, se tivéssemos de criá-los pela primeira vez no processo da fala, se tivéssemos de construir cada um de nossos enunciados, a comunicação seria quase impossível".

Para Bakhtin, os gêneros têm as mesmas propriedades do enunciado; por isso ele ora se refere a enunciado, ora a gênero. E para ele, os enunciados (gêneros) apresentam cinco características constitutivas:

1- São delimitados pela alternância dos sujeitos falantes: como ocorre naturalmente nos diálogos, e também nos gêneros escritos, porém, não de forma natural. Neste caso, o produtor imagina prováveis perguntas do interlocutor com suas respectivas respostas, visando suprir a ausência do interlocutor imediato. Assim, essa delimitação é dada pela resposta do interlocutor presente (real) ou ausente (fictício);

2- Têm acabamento específico: esse acabamento é determinado por três fatores: a) *tratamento exaustivo do objeto do sentido* – varia conforme as esferas da comunicação verbal, ocorrendo com mais frequência nos gêneros padronizados ao máximo, em que a criatividade é quase inexistente; do que nos gêneros utilizados nas esferas criativas; b) *o intuito, o querer-dizer do locutor* – favorece o reconhecimento do acabamento do enunciado pelo interlocutor; c) *as formas típicas de estruturação do gênero do acabamento* – dependem da esfera da comunicação verbal, do tema, das circunstâncias, da posição social e do relacionamento pessoal dos participantes da comunicação;

3- São marcados pela intenção do locutor: essa intenção revela o propósito discursivo do locutor, projeta as marcas da individualidade de alguém que defende um ponto de vista ao se envolver com um tema;

4- Intertextualidade: os enunciados mantêm relações dialógicas com o que vem antes e com o que vem depois. Numa interação verbal, retoma-se enunciados de outros, mesmo que não seja explicitamente;

5- Têm um destinatário: isso influencia na escolha, por parte do locutor, do gênero, dos procedimentos composicionais e dos recursos linguísticos.

Bakhtin distingue dois tipos de gêneros textuais: *o primário* (simples) e *o secundário* (complexo). O primeiro diz respeito aos gêneros que se apresentam em uma comunicação verbal espontânea; enquanto que o segundo tipo se relaciona aos gêneros que aparecem em uma comunicação cultural mais complexa e relativamente mais evoluída, principalmente escrita.

Considerando o exposto acima, pode-se apontar os seguintes componentes como importantes na construção das bases sócio-interativas da teoria bakhtiniana dos gêneros: Cada esfera de atividade humana elabora tipos relativamente estáveis de enunciados, denominados gêneros do discurso ou gêneros textuais; Os gêneros caracterizam-se pelo conteúdo temático, pelo estilo e pela construção composicional; A variedade de gêneros é praticamente infinita e eles são heterogêneos; Os gêneros textuais dividem-se em gêneros primários, produzidos em situação espontânea com inserção imediata na realidade social, e gêneros secundários, que surgem em situações culturais mais complexas; Os gêneros caracterizam-se como tipos de enunciados particulares, concretos, relacionados a diferentes esferas da atividade e da comunicação; O enunciado é a unidade real da comunicação verbal; A fala só existe na realização concreta dos enunciados de um indivíduo em situação de comunicação; Entre estilo e gênero observa-se um vínculo indissolúvel, orgânico, de modo que estilo é estilo de um gênero numa esfera da atividade humana.

Assim, a contribuição de Bakhtin em relação aos gêneros textuais está exatamente em considerá-los como uma criação de indivíduos que pertencem a uma determinada esfera de comunicação, que compartilham objetivos comuns. Esses objetivos comuns se revelam nos gêneros, que podem pertencer à modalidade oral ou à escrita. Dessa forma, a classificação de textos orais e escritos como pertencentes a um determinado gênero é determinada pelo objetivo comunicativo de cada esfera de atividade. E como essas esferas têm objetivos distintos no decorrer dos tempos, os gêneros têm caráter não estático; por isso, a visão de Bakhtin sobre a análise de gêneros não é dogmática, normativa, mas descritiva. Em outras palavras, para Bakhtin, a estrutura social da qual fazem parte os interlocutores é uma fonte criadora de gêneros. E as especificidades de cada esfera de comunicação são reveladas na superfície linguística destes.

1.2 Os gêneros textuais segundo Bronckart

A noção de gênero de Bronckart é fundamentada em princípios formulados por vários autores, dentre os quais está Bakhtin (2000). Bronckart (1999, p. 91) afirma que a situação de ação de linguagem se refere às propriedades dos mundos formais, entendidos esses mundos como os mundos físicos, social e subjetivo, que podem exercer influência sobre a produção textual. Essa situação

de ação de linguagem pode ser tanto externa como interna. A primeira seria as características dos mundos formais, tais como uma comunidade de observadores poderia descrever. A segunda seria as representações sobre esses mesmos mundos, tais como um agente as interiorizou. E é realmente esta segunda situação que influi sobre a produção de um texto empírico, ou seja, de um gênero.

As relações entre uma situação e um texto empírico nunca podem apresentar um caráter de dependência direta ou mecânica. Primeiro, porque não se tem acesso às representações específicas que o produtor do texto dispõe sobre si mesmo; segundo, porque, ainda que se dispusesse de um conhecimento exaustivo da situação de ação interiorizada pelo produtor, isso não permitiria, de forma alguma, que se pudesse prever o conjunto das características do texto empírico produzido.

Como afirma Bronckart (1999, p. 92), para produzir um texto, o produtor deve mobilizar algumas de suas representações sobre os mundos. Essa mobilização é feita em duas direções distintas: em relação ao contexto de produção textual e em relação ao conteúdo temático ou referente.

O contexto de produção se refere ao conjunto dos parâmetros que podem exercer uma influência sobre a forma como um texto é organizado. Esses fatores se referem ao mundo físico e ao mundo social e ao subjetivo.

No primeiro caso, todo texto é o resultado de um ato realizado em um contexto "físico" (no espaço e no tempo). Esse mundo físico é definido por quatro parâmetros: 1- *lugar de produção* (lugar físico onde o texto é produzido); 2- *o momento de produção* (a extensão do tempo durante a qual o texto é produzido); 3- *o emissor* (a pessoa que elabora o texto, ou na modalidade oral ou na modalidade escrita); 4- *o receptor* (a(s) pessoa(s) que recebe(m) concretamente o texto).

No segundo caso, todo texto é inscrito no quadro das atividades de uma formação social, que implica o mundo social e o subjetivo. Esse mundo sócio-subjetivo é decomposto em quatro parâmetros: 1- *lugar social*, em que modo de interação o texto é produzido; 2- *a posição do emissor*, que papel social o emissor desempenha na interação em curso; 3- *a posição social do receptor*, papel social atribuído ao receptor do texto; 4- *objetivo da interação*, que efeito o enunciador quer produzir no destinatário através do texto.

Já o conteúdo temático de um texto se refere ao conjunto de informações que nele são explicitamente apresentadas. Esses conhecimentos variam em função da experiência e do nível de desenvolvimento do produtor.

Tanto o contexto de produção quanto o conteúdo temático integram a noção de ação de linguagem, que consiste em identificar os valores precisos que o produtor atribui a cada um dos parâmetros do contexto aos elementos do conteúdo temático mobilizado. Assim, a ação de linguagem seria uma base de orientação a partir da qual o produtor deve tomar um conjunto de decisões. E uma

dessas decisões que o produtor toma é a escolha do gênero de texto que lhe parece o mais adequado e eficaz em relação à sua situação de ação específica.

Segundo Bronckart, o gênero está intrinsecamente ligado à dimensão sócio-histórica da língua. Em decorrência de necessidades específicas, os indivíduos, que se reúnem em grupos sociais em função de objetivos comuns, elaboram textos, que são construídos tendo como suporte os gêneros disponíveis. E, por causa de características diferentes dos indivíduos (grau de instrução, classe social, faixa etária, profissão etc.), os textos se manifestam de forma variada; daí porque estes apresentam características relativamente estáveis.

Pode-se observar que a visão de Bronckart dos gêneros se aproxima das ideias de Bakhtin, pois o princípio fundamental do sócio-interacionismo é o lugar e o meio em que os indivíduos interagem socialmente; característica presente na teoria daquele.

O mérito do trabalho realizado por Bronckart sobre os gêneros foi de natureza empírica, e não só teórica; ao contrário de Bakhtin, cujo trabalho é essencialmente teórico. Bronckart desenvolve uma análise que focaliza os tipos de sequências textuais e, por meio delas, as regularidades dos parâmetros linguísticos de textualização e os mecanismos enunciativos, que caracterizam os gêneros textuais. Porém, ele vai além dos constituintes internos dos textos, pois considera também o contexto, as situações de produção e o efeito que eles exercem sobre seus receptores.

1.3 Os gêneros textuais segundo Marcuschi

Para Marcuschi, é impossível se comunicar verbalmente a não ser por algum gênero, assim como é impossível se comunicar verbalmente a não ser por algum texto. Assim, a comunicação verbal só é possível por algum gênero textual. E para ele, "gêneros são formas verbais de ação social relativamente estáveis realizadas em textos situados em comunidades de práticas sociais e em domínios discursivos específicos" (2002, p. 25). Os gêneros são diversos, tais como: telefonema, sermão, carta comercial, carta pessoal, romance, bilhete, reportagem jornalística, aula, notícia jornalística, horóscopo, receita culinária, bula de remédio, instrução de uso etc. Assim, existem tantos gêneros textuais quanto situações sociais convencionais onde são usados em suas funções também convencionais.

Os gêneros contribuem para ordenar e estabilizar as atividades comunicativas do dia a dia, porém não são instrumentos estanques e enrijecedores da ação criativa. Para Marcuschi (2002, p. 29), "quando dominamos um gênero textual, não dominamos uma forma linguística e sim uma forma de realizar linguisticamente objetivos específicos em situações sociais particulares". Essa visão privilegia não o aspecto formal e estrutural da língua, mas sim sua natureza funcional e interativa.

Marcuschi (2000, pp. 118-122) propõe uma abordagem dos gêneros textuais por domínio discursivo e modalidades. O domínio discursivo seria "uma esfera social ou institucional (religiosa, jurídica, jornalística, política, industrial, familiar, lazer etc.) na qual se dão práticas que organizam formas de comunicação e respectivas estratégias de compreensão". Esses domínios discursivos seriam responsáveis pela produção de modelos de ação comunicativa que se estabilizam e se transmitem de geração para geração com propósitos e efeitos definidos e claros. Eis os domínios discursivos citados por Marcuschi: *científico, jornalístico, religioso, saúde, comercial, industrial, instrucional, jurídico, publicitário, lazer, interpessoal, militar e ficcional*. Quase todos os domínios discursivos apresentam mais gêneros da modalidade escrita que na oral, com exceção do domínio discursivo religioso.

Para Marcuschi, seria impossível se comunicar sem ser por algum gênero textual situado em algum domínio discursivo, cujo objetivo é funcionar como enquadre global da superordenação comunicativa, subordinando práticas sócio-discursivas orais e escritas que resultam nos gêneros que circulam nesses domínios.

Quanto às modalidades, os gêneros podem ser expressos na modalidade oral e escrita. Para Marcuschi (2001, p. 37), porém, "as diferenças entre fala e escrita se dão dentro do continuum tipológico das práticas sociais da produção textual e não na relação dicotômica de dois polos opostos". Assim, a visão dele da relação fala e escrita não é dicotômica. Ele afirma que:

O contínuo dos gêneros textuais distingue e correlaciona os textos de cada modalidade (fala e escrita) quanto às estratégias de formulação que determinam o contínuo das características que produzem as variações das estruturas textuais discursivas, relações lexicais, estilo, grau de formalidade etc., que se dão num contínuo de variações, surgindo daí semelhanças e diferenças ao longo de contínuos sobrepostos. (2001, p. 42)

Exemplificando, poderia haver gêneros escritos com características da fala, como uma carta pessoal; ou gêneros orais com características próprias da escrita, como uma conferência universitária preparada com cuidado.

Assim, na visão de Marcuschi, tanto a fala como a escrita apresentam um continuum de variações, e a comparação deve tomar como critério básico de análise não uma visão dicotômica estrita, mas uma relação fundada no continuum dos gêneros textuais.

A perspectiva de Marcuschi sobre os gêneros baseia-se na situação de interação, nos participantes e no propósito comunicativo dos textos; para ele, as situações de interação favorecem a constituição dos gêneros. Assim, pode-se afirmar que a teoria dele é também sócio-interativa, coadunando-se com a perspectiva de Bakhtin.

1.4 Os gêneros textuais segundo Bhatia

Bhatia parte da definição de gênero proposta por Swales, comentando alguns aspectos dessa conceituação, para, em seguida, dar sua própria definição.

Um gênero é um evento comunicativo caracterizado por um conjunto de propósitos comunicativos mutuamente reconhecidos pelos membros da comunidade profissional ou acadêmica na qual ele regularmente ocorre. Na maioria dos casos, ele é altamente estruturado e convencionalizado com restrições quanto às contribuições admissíveis em termos de suas intenções, forma, posição e valor funcional. As restrições, no entanto, são muitas vezes exploradas pelos especialistas da comunidade discursiva para conseguir intenções particulares no quadro dos objetivos socialmente reconhecíveis. (1993, p. 13)

Bhatia reconhece que a definição de Swales sobre gênero é interessante por oferecer uma boa fusão de fatores linguísticos e sociológicos, porém afirma que Swales falha por não levar em consideração os fatores de natureza psicológica, que desempenham um papel significativo na concepção de gênero como um processo social dinâmico, ao invés de uma concepção estática.

Após essa análise, Bhatia (1993, p. 16) dá a sua própria definição de gênero: "Gênero é uma instância de uma realização bem sucedida de um propósito comunicativo específico usando um conhecimento convencionalizado dos recursos linguísticos e discursivos."

Levando em consideração que cada gênero estrutura as experiências ou realidades do mundo numa forma particular, Bhatia reconhece que a mesma experiência ou realidade do mundo pode ser exposta em gêneros diversos, mas isso será feito em cada gênero de modo muito diversificado.

Para Bhatia (1993, pp. 16-22), há três orientações para a análise de gêneros do ponto de vista da análise da variação funcional da linguagem: *a linguística*, *a sociológica* e *a psicológica*.

O ponto de vista linguístico enfatiza a análise das variedades em registros, porém esse tipo de análise revela muito pouco da verdadeira natureza dos gêneros e dos propósitos sociais.

A análise sociológica dos gêneros permite compreender como um gênero particular define, organiza e finalmente comunica a realidade social. Esse aspecto enfatiza que o texto em si não é objeto autônomo, funcionando e contendo em si todos os sentidos, é para ser olhado como um processo de negociação no contexto de emissão como papéis sociais, propósitos do grupo, preferências profissionais e organizacionais e pré-requisitos, e até coação cultural.

A análise psicológica dos gêneros é basicamente de natureza psicolinguística. O aspecto psicolinguístico de análise de gênero revela a organização cognitiva, típica de áreas particulares de investigação, enquanto os aspectos táticos de descrição de gênero enfatizam as escolhas estratégicas individuais feita pelo autor para executar sua intenção.

Para a análise dos gêneros, Bhatia (1993, pp. 22-37) propõe o seguinte método, baseado em sete passos:

1- Situar o gênero de texto num contexto situacional: É necessário situar o gênero intuitivamente num contexto situacional levando em consideração as experiências anteriores, as pistas internas no texto e o conhecimento de mundo. Isso inclui a experiência prévia do produtor e o conhecimento de disciplina especializada bem como das convenções comunicativas tipicamente associadas com o gênero.

2- Investigar a literatura existente: Quando o analista pertence ao grupo profissional que utiliza o gênero, isso favorece o estudo; quando não, o melhor é recorrer à literatura sobre o gênero. Isso inclui, entre outras coisas, a literatura sobre: 1- Análise linguística do gênero em questão ou outra relacionada; 2- Ferramentas, métodos ou teorias de análises linguística/discursiva/gênero que poderão ser relevantes para esta situação; 3- Opinião de especialistas, livros, manuais etc. relevantes para a comunidade de fala em questão; 4-Discussão da estrutura social, interação histórica, crenças, objetivos etc., da comunidade profissional ou acadêmica que usa o gênero em questão.

3- Refinar a análise situacional/contextual: Tendo intuitivamente situado o texto grosseiramente num quadro situacional/contextual, é necessário refinar tal análise da seguinte forma: 1- Definindo o autor do texto, a audiência, seu relacionamento e seu objetivo; 2-Definindo o histórico sócio-cultural, filosófico e/ou ocupacional da comunidade na qual o discurso acontece; 3- Identificando o cruzamento de textos vizinhos e tradições linguísticas que formam o pano de fundo para este gênero particular; 4- Identificar a realidade tópica/subjetiva/extra-textual que o texto está tentando representar, trocar ou usar e o relacionamento do texto com essa realidade.

4- Selecionar um corpus: Para selecionar o tipo e tamanho certos do *corpus* é necessário: 1-Definir bem o gênero que se está trabalhando para que ele possa ser distinguido de outros gêneros similares ou relacionados com ele. A definição pode ser baseada nos propósitos comunicativos, no contexto situacional no qual ele é geralmente usado, e em algumas características textuais distintivas do gênero ou alguma combinação disso; 2- Ter certeza de que os critérios para decidir se um texto pertence a um gênero específico estão claramente estabelecidos; 3- Decidir sobre os critérios para uma seleção adequada dos corpus para os propósitos específicos.

5- Estudar o contexto situacional: Um bom analista de gênero esforça-se por estudar o contexto institucional, incluindo o propósito do gênero, as regras e convenções (linguística, social, acadêmica, profissional) que governam o uso da língua em tal situação institucional.

6- Níveis de análise linguística: O analista de gênero decide em que nível(is) as mais distintivas e significativas características da língua ocorrem, e conclui a análise apropriada, que pode concentrar em um ou mais dos seguintes três níveis de realização linguística:

Nível 1 - Análise de traços léxico-gramaticais: Um texto pode ser quantitativamente analisado estudando as características específicas da língua que são predominantemente usadas na variedade a que o texto pertence. Isso é geralmente feito empreendendo uma análise estatística do corpus usado de uma amostra da variedade em questão.

Nível 2 - Análise de padrões textuais ou textualização: Este item da análise linguística dá atenção ao aspecto tático do uso convencional da língua, especificando o caminho que os membros de uma comunidade particular de fala fixa valores restritos para vários aspectos do uso da língua quando operando num gênero particular.

Nível 3 - Interpretação estrutural do gênero textual: Esse item dá atenção a aspectos cognitivos de organização da língua. Especialistas parecem ser bastante consistentes na forma como organizam suas mensagens num gênero particular, e a análise da organização estrutural do gênero revela a intenção comunicativa em áreas específicas de investigação.

7- Informação de especialistas para a análise de gênero: O analista checa suas descobertas com as reações de um informante especialista que, geralmente, é um membro praticante da comunidade na qual o gênero é rotineiramente usado. A reação do especialista confirma suas descobertas, traz validade para suas percepções e acrescenta a realidade psicológica à sua análise.

Para a escolha de um informante especialista apropriado para a análise de um gênero particular, Selinker (1979 apud BHATIA, 1993, pp. 35-36) menciona algumas características que deveriam ser procuradas. O informante especialista, se possível, deveria: 1- Ser um competente e treinado membro especialista da comunidade na qual o gênero em estudo é rotineiramente usado; 2- Ter tato para a linguagem especializada e também ser preparado para falar sobre ela abertamente, quando questionado sobre vários aspectos do gênero em estudo; 3- Ser capaz de explicar claramente o que ele acredita que os membros especialistas da comunidade fazem quando exploram a língua para cumprir seus objetivos genéricos.

Essas são apenas algumas dicas que podem ajudar o analista a planejar e organizar as sessões de discussão com o informante especialista.

Esses sete passos poderão ser adotados na totalidade ou parcialmente, ao se proceder uma análise de qualquer gênero.

Os gêneros textuais, portanto, são entendidos neste trabalho como não sendo formas estruturais estáticas e definidas de uma vez por todas, coadunando-se com a visão dos autores vistos acima. Eles são dinâmicos, de complexidade variável e não se sabe ao certo se é possível contá-los todos, pois como são sócio-históricos e variáveis, não há como fazer uma lista fechada.

2. TIPOLOGIA TEXTUAL

Conforme Marcuschi (2000, p. 18), a categoria tipo textual é constructo teórico que abrange, em geral, de cinco a dez categorias, designadas narração, argumentação, exposição, descrição, injunção e diálogo. Esse agrupamento é de natureza linguística. Fazendo a distinção entre tipo, gênero e evento linguístico, Marcuschi (2000, p. 21) afirma que "um tipo textual é constructo ideal que se identifica no contexto de uma tipologia textual que pretende determinar estruturas linguísticas e formais que constituem esses tipos".

Esses tipos textuais são estratégias utilizadas para organizar os gêneros, muitas vezes independentemente das funções comunicativas destes. Assim, com frequência, um único texto contém mais do que um desses tipos. Por exemplo, uma carta pessoal pode conter trechos narrativos (um histórico do que a pessoa que escreve tem feito recentemente), trechos descritivos (como é o lugar onde está morando), trechos procedimentais (instruções para alguém enviar-lhe dinheiro), trechos exortativos (incentivando um irmão, digamos, a uma determinada conduta) e mesmo, trechos argumentativos (defendendo uma determinada perspectiva ou visão de alguma coisa).

A tipologia textual é considerada por Marcuschi como um aspecto fundamental dos estudos linguísticos, pois possibilita a análise dos gêneros sob o aspecto linguístico.

Não há uma tipologia textual única, porém, restringir-se-á à tipologia em que podem ser analisados os aspectos linguísticos, como é o caso da tipologia de Adam (1992), citado por Bronckart (1999).

Os tipos textuais constituem os elementos fundamentais da infra-estrutura geral dos textos. Esta é responsável pela organização sequencial ou linear do conteúdo temático - representações ou conhecimentos relativos a um dado tema, ou melhor dizendo, da macroestrutura. As macroestruturas que o autor dispõe simultaneamente na memória desenvolvem-se em várias formas de organização linear, denominadas superestruturas.

Adam (1992 apud BRONCKART, 1999, p. 218) propõe uma teorização da organização dos textos - superestruturas - baseada na noção fundamental de sequência. Para ele, as sequências são protótipos, modelos abstratos de que os produtores e receptores de textos disporiam, definíveis, ao mesmo tempo, pela natureza das macroposições que comportam e pelas modalidades de articulação dessas macroproposições em uma estrutura autônoma. Adam distingue cinco tipos básicos de sequências: *narrativa*, *descritiva*, *argumentativa*, *explicativa* e *dialogal*. Um texto pode conter uma, várias ou todas as sequências ao mesmo tempo.

Conforme Bronckart (1999, p. 233), as sequências constituem o produto de uma reestruturação de um conteúdo temático já ordenado na memória do autor na forma de

macroestruturas. Essa reorganização resulta de uma decisão do autor, orientada pelas representações que ele tem dos destinatários e do fim que persegue. Assim, as sequências têm um estatuto fundamentalmente dialógico, constituindo modalidades particulares de planificação do conteúdo temático.

2.1 Sequência argumentativa

Conforme as abordagens de Apothéloz, Borel, Grize e Toulmin (apud BRONCKART, 1999, p. 226), o raciocínio argumentativo implica, primeiramente, a existência de uma tese, admitida supostamente, sobre um dado tema. Sobre o pano de fundo dessa tese, são propostos dados novos, que são objetos de inferências, que orientam para uma conclusão ou nova tese. O protótipo da sequência argumentativa apresenta quatro fases:

- 1- **Premissas:** propõe-se uma constatação de partida;
- 2- **Argumentos:** elementos que orientam para uma conclusão provável; podendo ser elementos apoiados por lugares comuns, regras gerais, exemplos, etc.;
- 3- **Contra-argumentos:** operam uma restrição em relação à orientação argumentativa e que podem ser apoiados ou refutados por lugares comuns, exemplos, etc.;
- 4- **Conclusão:** integra os argumentos e contra-argumentos.

Há certas relações entre a hipótese e a conclusão, que podem ser de derivabilidade (sintática), implicação (semântica) e conclusão (pragmática).

Essas fases podem ocorrer ou não em sua totalidade. Algumas podem ser deixadas implícitas. Porém, o nível de entrelaçamento dessas fases acarreta uma menor ou maior complexidade da sequência argumentativa.

2.2 Sequência expositiva

O pensamento expositivo ou explicativo origina-se na constatação de um fenômeno incontestável (BRONCKART, 1999, p. 228). Difere da sequência argumentativa por, exatamente, partir de uma tese aceita, em geral, por todos; requerendo apenas um desenvolvimento destinado a responder às questões que coloca ou às contradições aparentes que poderia suscitar.

O protótipo da sequência expositiva apresenta quatro fases:

- 1- **Constatação inicial:** introduz um fenômeno não contestável (objeto, situação, acontecimento, ação, etc.);
- 2- **Problematização:** é explicitada uma questão da ordem do porquê ou do como, eventualmente associada a um enunciado de contradição aparente;

3- Resolução: introduz os elementos de informações suplementares capazes de responder às questões colocadas;

4- Conclusão-avaliação: reformula e completa eventualmente a constatação inicial.

Na estrutura expositiva, não é dada muita atenção ao tempo, como também aos agentes das ações não tão relevantes em relação à organização dos componentes. A ênfase é temática. Sua organização se dá através de componentes ligados entre si por várias relações lógicas: premissa e conclusão, problema e solução, tese e evidência, causa e efeito, analogia, comparação, definição e exemplo. Além disso, são mais raros os marcadores da presença de um sujeito enunciador e de sinais que indicam avaliações.

2.3 Sequência narrativa

Os textos narrativos são formas básicas globais muito importantes da comunicação textual. Como textos narrativos, faz-se referência, em primeiro lugar, às narrações que se produzem na comunicação cotidiana. A estrutura narrativa é caracterizada pela marcação temporal cronológica, além do destaque dado aos agentes das ações. Na narrativa, predominam as ações, sendo que as descrições de situações e estados lhe são subordinadas.

Só se pode falar de sequência narrativa quando cada história contada mobilize personagens implicados em acontecimentos organizados no eixo do sucessivo e for sustentada por um processo de intriga (BRONCKART, 1999, p. 219).

Para Labov e Waletzky (1967), há três tipos de narrativa: *narrativa mínima* (há apenas uma junção temporal), *narrativa completa* (possui começo, meio e fim, porém só relata a trama sem emitir uma opinião sobre ela) e *narrativa plenamente desenvolvida* (introduz um comentário que expressa um ponto de vista do narrador ou de outra personagem sobre os acontecimentos).

Para eles, a estrutura de uma narrativa completa se constituiria das seguintes seções: *orientação, complicação, avaliação, resolução e coda*. Mais tarde, Labov (1972), acrescentou o elemento resumo, totalizando 6 seções.

1- Resumo: sintetiza a história em uma ou duas orações e serve para despertar o interesse da audiência, através de frases exclamativas, de expressões emotivas e de enfáticos juízos de valor;

2- Orientação: um estado de coisas é apresentado, estado esse que pode ser considerado equilibrado, não em si mesmo, mas, na medida em que a sequência da história vai nele introduzir uma perturbação. Aqui o narrador informa sobre o tempo, o lugar, os personagens e a situação inicial;

- 3- Complicação:** introduz exatamente essa perturbação e cria uma tensão. É o núcleo da narrativa, pois sem ela não existe história. A partir da complicação, são desencadeados os acontecimentos (ações);
- 4- Avaliação:** revela a importância do episódio narrado, geralmente expressa em comentários, opiniões, reflexões e ponderações sobre os acontecimentos vivenciados pelo narrador ou por outra pessoa. É o meio usado pelo narrador para indicar a razão de ser da narrativa;
- 5- Resolução:** indica o fim da narrativa, ou seja, é o desenlace dos acontecimentos. Tem como objetivo maior satisfazer a expectativa do ouvinte quanto ao desfecho da história;
- 6- Coda:** marca o fim da narração e é separada da resolução por uma juntura temporal, é uma espécie de aremate da narrativa.

2.4 Sequência descritiva

A sequência descritiva apresenta a particularidade de ser composta de fases que não se organizam em uma ordem linear obrigatória, mas que se combinam e se encaixam em uma ordem hierárquica ou vertical (BRONCKART, 1999, p. 222).

A sequência descritiva apresenta três fases:

- 1- Ancoragem:** o tema da descrição é, mais frequentemente, assinalado, geralmente por uma forma nominal ou tema-título, introduzido no início, no meio ou no final da sequência;
- 2- Aspectualização:** os diversos aspectos do tema-título são enumerados. O tema é decomposto em partes, às quais são atribuídas propriedades;
- 3- Relacionamento:** os elementos descritivos são assimilados a outros, por meio de operações de caráter comparativo ou metafórico.

Essas fases se encaixam e se combinam numa ordem hierárquica e não, necessariamente, numa ordem linear obrigatória.

A estrutura descritiva tem uma orientação não agentiva, atemporal e uma estrutura não precisa. Nela estão presentes vários efeitos descritivos: *um efeito de listagem*, *um efeito de qualificação* e *um efeito de particularização de objeto tematizado*.

Bronckart afirma que o comportamento dos segmentos chamados injuntivos seguem as mesmas fases das sequências descritivas; porém, por causa de sua dimensão dialógica, ele concede o estatuto específico denominado de injuntivo, instrucional ou procedimental a esses segmentos.

2.5 Sequência dialogal

A sequência dialogal tem a particularidade de se concretizar só nos segmentos de discursos interativos dialogados, que são estruturados em turnos de fala (BRONCKART, 1999, p. 230). Esses discursos só acontecem quando os interactantes estão de fato engajados em uma conversação e que seus enunciados respectivos são determinados mutuamente. Esses segmentos de textos coproduzidos devem constituir um todo coerente.

Adam (1992, pp. 145-68 apud BRONCKART, 1990, p. 231) propõe um protótipo de sequência dialogal organizado em três níveis encaixados:

1- Nível supraordenado: constituído de três fases gerais:

- a) **Fase de abertura:** de caráter fático, em que os interactantes se contactam, segundo os ritos e usos da formação social onde estão inseridos;
- b) **Fase transacional:** o conteúdo temático da interação verbal é coconstruído;
- c) **Fase de encerramento:** põe fim, explicitamente, à interação. É de caráter fático também.

2- Nível 2: cada uma das três fases gerais pode ser decomposta em unidades dialogais ou trocas;

3- Nível 3: cada intervenção pode ser decomposta em atos discursivos (enunciados que realizam um ato de fala determinado).

Conforme Bronckart, as sequências descritas acima podem aparecer combinadas de várias formas nos tipos de discurso. Essa afirmação vem ratificar a posição de Marcuschi (2000), que ressalta o caráter heterogêneo dos gêneros textuais.

Pode-se concluir que os tipos textuais referem-se a aspectos intrínsecos aos textos e realizam-se sempre de modo heterogêneo, por meio dos gêneros, e são dependentes do contexto de comunicação em que ocorrem - não têm existência real.

Assim, as distinções do tipo textual seriam linguísticas e estruturais, enquanto que as do gênero textual seriam funcionais e pragmáticas.

O estudo das características dos vários tipos de textos, para Van Dijk (1989), é uma necessidade, a fim de que os aprendizes desenvolvam as habilidades de ler e escrever dentro de contextos diversos e, portanto, atendendo a objetivos e intenções diferentes. Para tanto, deve-se proceder à análise dos tipos textuais de cada gênero de texto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo central fazer uma exposição teórica sobre gêneros e tipos textuais, a fim de, primeiramente, sanar a confusão que existe ainda hoje entre essas duas categorias; e, depois, servir como base teórica para o trabalho do professor em sala de aula com a descrição e análise dos gêneros textuais. Apesar de parecer óbvia, essa distinção se fez importante, pois ainda hoje há professores como também livros didáticos de língua portuguesa que não sabem o que são nem como se constituem ou têm um conhecimento distorcido sobre gêneros e tipos textuais.

A diferença entre gêneros e tipos textuais é que aqueles são formas verbais de ação social relativamente estáveis que cada esfera de utilização da língua elabora, enquanto que estes se referem a aspectos intrínsecos aos textos e não têm existência real fora dos gêneros. Ou melhor, os gêneros se distinguem por sua função e uso, enquanto os tipos, por sua estrutura e aspectos linguísticos. Além disso, os gêneros são praticamente infinitos, não havendo possibilidade de elencar o número exato deles; já os tipos são de número reduzido, em torno de cinco: argumentativo, expositivo, descritivo, injuntivo e dialogal.

De posse dessa diferença e das orientações dadas por Bhatia, o professor pode realizar um trabalho melhor em relação à descrição e análise dos gêneros textuais. E o trabalho com os gêneros textuais é de extrema importância, pois, como foi visto, a comunicação verbal só acontece através de algum texto, ou seja, de algum gênero textual.

Logo, o ensino de língua portuguesa só pode ser realizado eficazmente com a utilização de atividades que privilegiem o estudo dos gêneros e tipos textuais, tanto em relação à leitura (descrição e análise), quanto em relação à produção.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, [1979] 2000. pp. 279-326.

_____, VOLOCHÍNOV, V. N. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 9. ed. São Paulo: Hucitec, [1929] 2002.

BHATIA, Vijay K. **Analysing Genre: Language use in professional setting**. London/New York: Longman, 1993.

BRONCKART, Jean-Paul. **Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sócio-discursivo**. São Paulo: EDUC, 1999.

KOCH, Ingedore G. Villaça. Linguística textual: retrospectivas. **Alfa**, São Paulo, n. 41, pp. 67-78, 1997.

LABOV, W.; WALETZKY, J. Narrative Analysis: Oral Versions of Personal Experience. In J. Helmes (ed). **Essays on the verbal and visual arts**. Seattle: University of Washington Press, 1967.

LABOV, William. The transformation of Experience in Narrative Syntax. In: **Language in the Inner City**. Philadelphia, University of Pennsylvania Press, 1972.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Gêneros textuais: o que são e como se constituem**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2000. (mimeo).

_____. **Da fala para a escrita: atividades de retextualizações**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, A.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (orgs.). **Gêneros textuais e ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

SWALES, John M. **Genre analysis: English in academic and research settings**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

VAN DIJK, Teun. A. **La ciencia del texto: un enfoque interdisciplinario**. Barcelona: Paidós, 1989.